Lição 12

Com que cuidado do corpo devem os cidadãos ser criados.

> ***1063.*** *De que modo, porém, e por meio de que isto se dará, deve-se examinar. Dividimos, pois, antes, que se precisa da natureza, do costume e da razão. Dentre estes, quais devem ser [os homens] segundo a natureza, ficou determinado antes. Resta, porém, considerar se devem ser instruídos primeiro pela razão ou pelos costumes. Pois estes devem consoar entre si na melhor consonância. Pode ocorrer, com efeito, que a razão erre a partir da melhor suposição e seja conduzida por semelhanças.*
>
> ***1064.*** *Isto é manifesto, primeiramente como nas outras coisas: como a geração parte de um princípio, e o fim provém de algum princípio de outro fim. Ora, a razão e o intelecto são para nós o fim da natureza. Por isso, é a este [fim] que se deve preparar o empenho das gerações e dos costumes.*
>
> ***1065.*** *Depois, assim como o corpo e a alma são dois, assim também vemos que a alma tem duas partes: a irracional e a que possui razão: e os hábitos destas são dois em número: dos quais um é o apetite, outro o intelecto. E assim como o corpo é anterior à alma na geração, assim também o irracional [é anterior] ao que possui razão. E isto é manifesto por aquilo: pois o ânimo e a vontade, e ainda a concupiscência, existem nas crianças logo ao nascer, ao passo que o raciocínio e o intelecto nascem para produzir-se à medida que avançam [em idade].*
>
> ***1066.*** *Por causa disso, o cuidado do corpo deve necessariamente ser primeiro do que o da alma, e depois o do apetite; mas o cuidado do apetite é em vista do intelecto, e o deste em vista daquilo que é da alma.*
>
> ***1067.*** *Portanto, se o legislador deve observar desde o princípio de que modo se tornam ótimos os corpos daqueles que são educados, primeiramente deve cuidar do casamento, [ou seja,] quando e sendo de que qualidade se deve realizar a união nupcial.*
>
> ***1068.*** *Deve-se, porém, estabelecer leis acerca desta união, olhando para os próprios [cônjuges] e para o tempo de vida, de modo que concordem nas idades no mesmo tempo, e não dissoem na capacidade, sendo um ainda capaz de gerar, mas o outro não, ou esta [capaz], mas o marido não: pois estas coisas causam tanto dissensões mútuas quanto diferenças.*

1069. *Depois, quanto à sucessão dos filhos: pois é preciso que os filhos não fiquem demasiado abaixo das idades dos pais, pois de outro modo é sem proveito para os mais velhos a gratidão que vem dos filhos, e [sem proveito] para os filhos o auxílio que vem dos pais: nem que estejam muito próximos [em idade], pois têm muito desagrado, e existe menos respeito em tais [casos], como que entre coetâneos, e no que toca à administração [da casa] é motivo de queixa a proximidade [de idade].*

1070. *Além disso, [devemos ver] a partir de onde, começando, chegamos a isto: em que medida os corpos dos que nascem correspondam à vontade do legislador. Assim, quase tudo acontece segundo um único cuidado.*

1071. *Pois, visto que o fim da geração não está determinado — a falar quando muito, para os homens o número último é de setenta anos, e de cinquenta para as mulheres —, é preciso que o início da união conjugal, segundo a idade, desça até esses tempos.*

1072. *Ora, a união de jovens ou de muito jovens é ruim para a procriação dos filhos: pois em todos os animais os fetos dos jovens são imperfeitos, e mais femininos, e pequenos quanto à forma; por isso é necessário que isto mesmo aconteça também nos homens. E a prova disto é que, em quaisquer cidades em que se permite aos jovens e às jovenzinhas casar-se, [os filhos] são imperfeitos e de corpo pequeno.*

1073. *Além disso, nos partos as jovens sofrem mais, e perecem em maior número. Por causa disso, dizem também que houve certo oráculo dado aos trezênios por tal motivo, como que perecendo muitas por se casarem demasiado jovens, e não em vista da produção de frutos.*

1074. *Além disso, também para a temperança convém que a união se faça em [idade] mais avançada; pois parecem mais intemperantes as jovenzinhas que se tiverem entregado às uniões [prematuramente].*

1075. *E os corpos dos machos parecem prejudicar-se no crescimento, se realizaram a união enquanto o corpo ainda crescia: pois também disto se determina certo tempo, que não excede muito [determinado limite].*

1076. *Por isso, convém que estas [mulheres] se casem por volta dos dezoito anos de idade, e estes [homens] por volta dos trinta e sete, ou pouco menos. Pois em tal tempo a união se dará com os corpos perfeitos, e convirá oportunamente aos tempos para o proveito da procriação dos filhos. Além disso, a sucessão dos filhos, para uns, começará quando estes iniciam o auge da idade, se a geração se der logo segundo a razão, e, para outros, quando a idade já estiver dissolvida em direção ao número de setenta anos.*

1077. *Portanto, sobre quando deve realizar-se o casamento, já se falou. Quanto às estações de que se deve valer para a época oportuna, muitos delas se valem, determinando bem, ainda hoje, que esta convivência se faça no inverno. Devem, porém, eles próprios examinar, em vista da procriação dos filhos, também aquilo que dizem os físicos. Pois os médicos falam suficientemente das estações [convenientes] aos corpos, e, quanto aos ventos, os físicos louvam mais os do norte do que os do sul.*

1078. *Ora, sendo de que qualidade os corpos [dos pais] haverá máxima utilidade para os que são gerados, deve-se dizer mais amplamente para os que sabem, naquilo que diz respeito à disciplina. Basta, porém, dizê-lo também agora em esboço. Pois nem a melhor compleição dos atletas serve à boa disposição política, nem ao bem-estar, nem à saúde e à procriação dos filhos, nem [serve] a que é carente de cuidados e muito mal disposta, mas a que é intermediária entre estas.*

1079. *É preciso, portanto, ter uma compleição capaz de suportar esforços, mas [capaz de suportar] esforços não violentos, nem [voltados] a uma só coisa, como a compleição dos atletas, mas [apta] também às ações dos homens livres. E igualmente é preciso que isto mesmo se dê tanto nos homens quanto nas mulheres.*

1080. *É preciso também que as grávidas cuidem dos corpos, não se entorpecendo na indolência nem usando de alimento tênue. E isto é fácil para o legislador realizar, ordenando que façam diariamente algum percurso em reverência aos deuses, àqueles que receberam por sorte a honra referente à geração. Quanto ao intelecto, porém, convém, ao contrário dos corpos, conduzi-lo de modo mais repousado. Pois aquilo que é gerado parece extrair [algo] daquela que o traz [no ventre], como o que nasce da terra.*

1081. *Quanto à conservação e ao alimento dos que são gerados, haja uma lei: que nenhum [filho] mutilado seja criado; mas, por causa da multidão de filhos, a ordem dos povos proíbe que nada dos gerados seja posto de lado.*

1082. *Pois é preciso que seja determinada a quantidade da procriação dos filhos: mas, se a alguns unidos [em matrimônio] se gerarem [filhos] além disso, deve-se fazer o aborto antes que haja sensibilidade e vida: pois o que é lícito e o que não [o é] será determinado pela sensibilidade e pelo próprio viver.*

1083. *E visto que se determinou certo início de idade para o homem e para a mulher, quando devem começar a união conjugal, determine-se também por quanto tempo convém dedicar-se à procriação dos filhos. Pois os fetos dos [pais] mais velhos, assim como os dos muito jovens, tornam-se imperfeitos, tanto nos corpos quanto nos intelectos. E os dos decrépitos, débeis. E isto [se dá] segundo o intelecto e a mente, o que na maioria [dos casos ocorre] (idade que alguns dos*

poetas mediram por semanas [de anos]) por volta do tempo dos cinquenta anos: de modo que, a quem excede esta idade em quatro ou cinco anos, é preciso dispensar daquela [união] que visa a geração manifesta.

1084. *Quanto ao que resta, deve-se ver que realizem a união [conjugal apenas] por causa da saúde ou de algum outro motivo semelhante.*

1085. *Quanto à [união] com outra mulher ou com outro homem, seja tido absolutamente por não bom ser visto tocando [em outrem] de modo algum, enquanto existir e se chamar matrimônio. E, durante o tempo da procriação dos filhos, se alguém aparecer fazendo tal coisa, seja punido com uma desonra proporcional à falta.*

1086. *Uma vez nascidas as crianças, deve-se julgar que o alimento, seja de que qualidade for, faz grande diferença para a força dos corpos, como aparece tanto para quem considera os outros animais quanto pelos povos que se empenham em incutir uma disposição bélica: o alimento abundante de leite é o mais adequado aos corpos, mas menos [adequado] é o que tem vinho, por causa das doenças.*

1087. *Além disso, convém fazer quaisquer movimentos possíveis nos [tão] pequeninos. E, para que os membros não se deformem por causa da ternura [da tenra idade], ainda hoje alguns povos usam de certos instrumentos mecânicos, que tornam indeformável o corpo das crianças e de tais [seres].*

1088. *Convém também acostumar desde cedo ao frio, desde pequenas, as crianças. Pois isto é sumamente proveitoso tanto para a saúde quanto para as ações bélicas: por causa disso, entre muitos dos bárbaros há o costume — em alguns, de lavar os recém-nascidos em rio frio; em outros, de envolver o pequenino colocando ao redor pouca [roupa], como entre os celtas. Pois todas as coisas que é possível habituar, é melhor habituá-las começando cedo, mas habituá-las gradualmente. E a compleição das crianças é bem apta, por causa do calor, ao exercício das coisas frias.*

1089. *Portanto, quanto à primeira [idade], convém aplicar tal cuidado e outro semelhante a este.*

1090. *Quanto à [idade] seguinte a esta, até os cinco anos, na qual ainda não convém conduzir [a criança] a outra instrução nem a trabalhos necessários, para que não impeçam o crescimento, é preciso proporcionar-lhe tanto movimento que fujam da inércia dos corpos, [movimento] que se deve promover tanto por outras atividades quanto pela brincadeira. E é preciso que as brincadeiras não sejam nem impróprias de homens livres, nem demasiado laboriosas, nem lânguidas.*

1091. *E acerca dos discursos e das fábulas que os pequeninos devem ouvir, cuidem os magistrados a quem chamam pedônomos. Pois todas essas coisas devem ser preparatórias para as ocupações posteriores; por isso, a maioria das brincadeiras deve ser imitação das coisas que serão estudadas depois.*

1092. *Não censuram acertadamente as retenções [do fôlego] das crianças nos choros aqueles que as proíbem nas leis; pois contribuem para o crescimento; faz-se, com efeito, de certo modo, um exercício para os corpos. Pois a retenção do fôlego dá vigor aos que se esforçam, o que acontece também com as crianças que se contêm [ao chorar].*

1093. *Os pedônomos devem considerar tanto a condução destas [crianças] em outras coisas quanto de que modo estarão o menos possível com os servos: pois nesta idade, e até os sete anos, é necessário que tenham em casa o seu sustento. É razoável, portanto, que, mesmo sendo tão pequeninos, contraiam a baixeza [servil] a partir do que ouvem e veem.*

1094. *Portanto, o legislador deve banir completamente da cidade a linguagem torpe, como qualquer outra coisa [torpe]; pois, do dizer facilmente qualquer coisa torpe, aproxima-se também o fazê-la. Sobretudo, então, [deve bani-la] dentre os jovens, de modo que não digam nem ouçam nada de tal. E se alguém aparecer dizendo ou fazendo algo proibido, sendo livre mas ainda não digno de ser admitido [aos banquetes comuns], seja punido com desonras repetidas e com açoites; e quem for mais velho do que esta idade, [seja punido] com desonras próprias de servos, em razão do proveito [corretivo].*

1095. *E visto que banimos o dizer algo de tal, é manifesto que [banimos] também o ver pinturas ou discursos desonestos. Cuidem, portanto, os magistrados de que nada — nem escultura nem pintura — seja imitação de tais ações, a não ser junto a alguns deuses de tal tipo, aos quais a lei atribui também a lascívia. Além disso, a lei permite aos que têm idade mais avançada honrar os deuses com culto, por si mesmos e por [suas] crianças. Quanto aos mais jovens, não se devem colocar como espectadores nem de jambos nem de comédia, antes que recebam a idade em que lhes seja lícito tomar parte [nesses convívios].*

1096. *Ora, quanto à isenção tanto da embriaguez quanto do dano que resulta de tais coisas, a disciplina torna todos impassíveis. Por ora, portanto, falamos destas coisas de passagem; mais adiante, porém, insistindo, é preciso determinar melhor — pondo em dúvida se, em primeiro lugar, não convém, ou se convém, e de que modo convém. Quanto ao tempo presente, fizemos menção [delas] como que por necessidade.*

1097. *Talvez não dissesse mal algo do gênero Teodoro, o ator de tragédia. Pois a ninguém jamais permitiu entrar em cena antes dele, nem mesmo aos atores*

> *de baixa categoria, como se as primeiras audições se apropriassem dos teatros. Ora, isto mesmo acontece também nas relações dos homens entre si e nas relações com as coisas. Pois amamos todas as coisas, mas mais as primeiras. Por isso é preciso tornar estranho aos jovens tudo o que é mau; sobretudo aquilo que traz consigo contaminação ou apego.*
>
> ***1098.*** *Passados os cinco anos, durante os dois [seguintes] até os sete, é preciso que [as crianças] se tornem observadoras das disciplinas que elas próprias deverão aprender.*
>
> ***1099.*** *Há duas idades em que é necessário dividir a educação: depois daquela que vai dos sete anos até a puberdade, e novamente depois daquela que vai da puberdade até os vinte e um anos. Pois aqueles que dividem as idades por períodos de sete anos, quando muito, não dizem bem; é preciso, antes, seguir a divisão da natureza. Pois toda arte e disciplina quer suprir aquilo em que a natureza é deficiente. Primeiro, portanto, deve-se considerar se se deve estabelecer alguma ordem acerca das crianças; depois, se convém cuidar delas em comum ou segundo um modo próprio [privado]: o que acontece ainda hoje na maioria das cidades; e, em terceiro lugar, de que qualidade deve ser todo esse [cuidado].*

Depois que o Filósofo mostrou qual é o último fim da melhor vida humana, passa a esclarecer de que modo e por meio de que descobertas se formam os melhores varões em ordem a ele. E acerca disto, primeiro expõe a sua intenção e a ordem da consideração. Segundo, quando diz é manifesto etc., prossegue. Na primeira parte diz que, esclarecido qual é o último termo da melhor vida humana, deve-se consequentemente considerar por meio de que e de que modo se tornarão bons e virtuosos [os homens] em ordem a ele. Ora, distinguimos antes três coisas que são necessárias para isto, a saber, a natureza, o costume e a razão, segundo as quais é preciso que sejam os futuros [homens] virtuosos e bons governantes: segundo a natureza, porque intelectivos e animosos, como foi dito antes; e por isso resta agora considerar de que qualidade devem ser segundo o costume e a disciplina. Antes, porém, deve-se considerar se devem ser instruídos primeiro segundo a razão ou o intelecto, ou segundo o costume ou o apetite; e se devem ser dispostos primeiro segundo a alma ou segundo o corpo: pois é preciso que estas coisas consoem entre si na devida consonância, de modo que aquilo que por natureza nasce para ser disposto primeiro seja disposto primeiro, e o que [nasce] depois, depois. Pois muitas vezes acontece que a razão erre a respeito daquilo que é o melhor e seja conduzida, por semelhanças e certas aparências, àquilo que é contra a natureza, de modo que se esforce por dispor primeiro aquilo que por natureza nasceu para ser aperfeiçoado depois. Mas, como a razão é posterior à natureza e a imita, o melhor é, naquilo que é da razão, seguir a disposição da natureza, de modo que considere e disponha primeiro aquilo que, segundo a natureza, nasceu para ser considerado e disposto primeiro.

Em seguida, quando diz é manifesto, prossegue. E primeiro esclarece que os futuros [homens] virtuosos e bons devem ser dispostos primeiro segundo o corpo do que segundo a alma, e segundo o apetite do que segundo o intelecto. Segundo, quando diz portanto, se etc., [mostra] de que modo

devem ser dispostos segundo estas coisas. Quanto ao primeiro, primeiro mostra que a geração do homem e o costume devem ordenar-se à razão e ao intelecto. Segundo, quando diz depois, como o corpo e a alma etc., mostra que o apetite irracional é anterior ao intelecto no ato perfeito. Terceiro, quando diz por causa disso etc., conclui, a partir dessas coisas, que se deve cuidar primeiro da disposição do corpo do que da alma, e do apetite irracional do que do intelecto. Primeiro, portanto, diz: em todas as coisas em que há algum fim, aquilo que é em vista do fim deve ordenar-se a ele e dispor-se conforme lhe convém. Ora, é manifesto que, assim como nas outras coisas que são segundo a natureza e segundo a arte a geração começa de algum primeiro princípio imperfeito e termina em algo perfeito e no fim; e tal fim (isto é, termo) é de algo movido a partir de algum princípio imperfeito; assim também no homem a geração começa de algo imperfeito e tende a algo perfeito e ao fim. Ora, tal termo e fim natural do homem é a razão e o intelecto em ato, não em potência: por isso, a geração do próprio homem e o empenho acerca dos seus costumes e disposições devem ordenar-se à razão, e estas [coisas] devem dispor-se conforme lhe convêm.

Em seguida, quando diz depois, como, mostra que o apetite irracional precede na geração o intelecto em ato; dizendo que, depois, assim como o corpo e a alma são dois [princípios] diferentes entre si — porque o corpo tem a natureza de matéria e de sujeito, ao passo que a alma tem a natureza de ato —, assim vemos que a alma do homem tem duas partes: das quais uma tem a natureza de movido e de sujeito, e a outra a natureza de motor principal: a saber, o apetite irracional, que por natureza é regulado pela razão, e a parte racional por essência, que tem a natureza de motor. E destes dois há dois hábitos diferentes em número. Do primeiro, [o hábito da] virtude moral; do segundo, [o da virtude] intelectual: e um destes é o apetite, o outro é o intelecto ou razão. Portanto, assim como o corpo, na via da geração, precede a alma, assim o apetite irracional [precede] o intelecto e a razão em ato: e isto aparece pelo fato de que o ânimo, isto é, a potência irascível, e o prazer e a concupiscência estão presentes nas crianças logo desde o nascimento. Já o intelecto e a razão em ato só estão presentes com o passar do tempo. Se alguém arguísse contra o que foi dito, alegando que o apetite irracional no homem é o que não é regulado pela razão em si mesmo, embora seja regulado pela [parte] racional por essência, mas que o racional em si mesmo parece ser anterior ao [apetite] regulado pela razão, tanto porque o motor é anterior ao movido, quanto porque o simples é anterior ao composto, como a brancura ao [ser] branco: deve-se responder a isto que uma coisa se diz anterior a outra ora segundo a substância e a perfeição — e assim o intelecto precede o apetite, como o motor [precede] o movido e a forma [precede] a matéria —, ora segundo a via da geração — como a matéria é anterior à forma. E então o apetite pode ser considerado enquanto por natureza é regulado pela razão, e assim é anterior na geração ao intelecto ou à razão que o determina: ou enquanto é regulado em ato, e assim é posterior, como o composto ao simples. E por isto se torna clara a solução do argumento.

Em seguida, quando diz por causa disso, conclui do que foi dito que o corpo deve ser disposto primeiro do que a alma, e o apetite primeiro do que o intelecto: dizendo que, por causa disto — porque se deve buscar e dispor primeiro aquilo que é em vista do fim do que o próprio fim, e o corpo se ordena ao intelecto e à razão como ao fim, conforme se provou antes, e semelhantemente o apetite [se ordena] como a matéria à forma —, é manifesto que se deve cuidar primeiro do corpo do que da alma. Depois, [cuidar] daquilo que é do apetite por causa do próprio intelecto e em vista dele: e em vista deste mesmo cuidar de todas aquelas coisas que são da própria alma. Pois todas as partes da alma e os hábitos ordenam-se à perfeição que se dá segundo o intelecto.

Em seguida, quando diz se, portanto, esclarece de que modo e por quais meios os cidadãos devem ser dispostos para a virtude. E, primeiro, de que modo segundo o corpo e o apetite; segundo, quando diz o que, na verdade etc., no início do oitavo livro, de que modo segundo o intelecto e a razão. Quanto ao primeiro, primeiramente expõe de antemão sua intenção e a ordem de considerar; segundo, quando diz é preciso, portanto etc., prossegue. Na primeira parte diz: visto que o melhor legislador deve primeiro atender a de que modo e por quais meios os cidadãos sejam otimamente dispostos segundo o corpo, e a melhor disposição dos cidadãos depende primeiro da boa disposição dos que geram no ato da geração, o qual se faz pela conjunção do macho e da fêmea mediante a união nupcial; portanto, ele deve considerar aquilo que diz respeito a tal união ou casamento, a saber: em que idade, e em que tempo, e sendo quais os que se hão de unir, é agradável tal conjunção nupcial.

Em seguida, quando diz mas é preciso, prossegue. E visto que a boa disposição dos cidadãos, como se disse, depende primeiro da disposição dos que geram; depois, da disposição da mãe no tempo da gestação; e, em terceiro lugar, do alimento conveniente e do costume após o nascimento: primeiro esclarece de que modo os que geram devem ser dispostos para a boa disposição futura da prole. Segundo, quando diz mas é preciso também que as grávidas etc., de que modo as grávidas. Terceiro, quando diz mas quanto à criação etc., de que modo os meninos devem ser cuidados ou dispostos após o nascimento. Quanto ao primeiro, primeiro mostra quando se deve fazer a união nupcial. Segundo, quando diz mas sendo de tal condição etc., quais devem ser os que se unem segundo a compleição do corpo. Quanto ao primeiro, primeiro mostra em que idade de um e outro ela deve ser feita. Segundo, quando diz quanto a isso, portanto etc., sendo qual a têmpera ou disposição do continente. Quanto ao primeiro, primeiro mostra que ela deve ser feita em tempo e idade determinados. Segundo, quando diz pois, visto que está determinado etc., esclarece quais são o tempo e a idade determinados em que ela deve ser feita. O primeiro ele mesmo declara primeiramente por uma razão tomada da cautela contra as dissensões e a diversidade dos que se unem. Segundo, quando diz depois, quanto à sucessão dos filhos etc., por uma razão tomada daquilo que sucede segundo a sucessão dos filhos em relação aos pais. Terceiro, quando diz além disso etc., pela razão que se toma da boa disposição futura da prole ou dos meninos. Na primeira parte diz que o legislador que visa a boa disposição futura dos meninos deve ordenar as leis e os estatutos acerca da comunicação nupcial dos cidadãos, considerando a disposição deles no tempo em que se unem, de modo que sejam perfeitos em si e bem dispostos para a geração; e considerando o tempo de vida de um e outro, do macho e da fêmea; a saber, quanto cada um pode viver segundo a natureza, de sorte que convenham ao ato da geração primeiro na idade em que este pode gerar perfeitamente e aquela conceber, supondo a boa disposição deles em si e em ordem ao fim do tempo de sua vida, de modo que ao mesmo tempo, ou quase, este possa gerar e aquela conceber; e não discordem as potências, de sorte que este possa gerar e aquela não conceber, ou, ao contrário, esta possa conceber e aquele não gerar, por causa da disposição da juventude ou da velhice: pois essas coisas induzem dissensão e diversidade entre eles. Com efeito, se se unirem no tempo em que um possa gerar e o outro não, por causa da idade discordam entre si, e por isso buscam outra união, o que é inconveniente. Portanto, para que se evite a dissensão e a diversidade entre eles, devem unir-se em idade conveniente a ambos em ordem ao tempo de sua duração.

Em seguida, quando diz depois, quanto à sucessão dos filhos, apresenta a segunda razão; dizendo que, em segundo lugar, devem unir-se em idade conveniente considerando a sucessão dos filhos

em relação aos pais. Pois assim como os pais, segundo a lei da natureza, estão obrigados a prover aos filhos alimento e disciplina até que estejam perfeitos, assim, por certa necessidade, tornados os pais impotentes, os filhos estão obrigados a socorrê-los em suas necessidades. Ora, o auxílio que pode advir aos pais mais idosos por parte dos filhos gerados na sua velhice é sem proveito, por causa da impotência dos meninos. Semelhantemente, o auxílio que pode advir aos meninos, gerados na velhice, por parte de pais já idosos, é débil, por causa da impotência deles pela velhice: e por isso não convém que a união nupcial se faça sendo os cônjuges velhos, nem tampouco muito próximo do início do nascimento, isto é, sendo demasiado jovens: pois muito desagrada às vezes que os que são jovens tenham filhos quase da mesma idade, e menos os filhos respeitam pais jovens, e envergonham-se menos na presença deles, como que coetâneos e criados com eles pelo costume, e mais se queixam entre si acerca daquilo que pertence à dispensação mútua, sendo ao mesmo tempo igualmente poderosos, ou igualmente impotentes; e assim, quando o filho pede ao pai ser ajudado nas necessidades, este pode responder que ele igualmente pode ajudá-lo a si, e ao contrário.

Em seguida, quando diz além disso, apresenta a terceira razão, dizendo que ainda o mesmo pode ser mostrado por uma razão tomada daquilo que dissemos antes, donde começamos o discurso sobre isto. Pois é preciso que a união nupcial se faça em tal idade e em tal tempo em que aconteça que os corpos dos meninos que nascem sejam mais bem dispostos para a virtude, e segundo a intenção do legislador. Ora, isto acontece mais quando se faz em tempo e idade determinados, como consequentemente aparecerá: portanto, convém que ela se faça em tempo determinado. Assim, pois, todas as coisas que dizem respeito ao cuidado nupcial têm quase um só cuidado comum, a saber, que ela se faça em tempo determinado. E diz quase porque talvez não o mesmo tempo determinado convém a todos, por causa da diversidade da matéria.

Em seguida, quando diz pois, visto que, pretende esclarecer em que idade convém que ela se faça, a partir do termo da geração em um e outro, e dos inconvenientes que sucedem se se fizer cedo demais. E segundo isto, primeiro expõe de antemão certas coisas necessárias para o esclarecimento do que se pretende. Segundo, quando diz por isso, estas etc., a partir dessas coisas conclui o que pretende. Quanto ao primeiro, primeiro toca em que seja o termo da geração em um e outro, segundo o qual se deve considerar. Segundo, quando diz há, porém, dos jovens ou mais jovens etc., mostra que o coito dos jovens não é conveniente à geração. Na primeira parte diz: o último termo da geração está determinado para os homens, como também para os outros animais. Pois em todas as coisas que podem ser e não ser há um tempo determinado em que podem ser e, por consequência, agir, como diz no primeiro livro Do céu e do mundo; e esse termo para os machos, na maioria dos casos, é de setenta anos, porque então está sensivelmente debilitado o calor natural, ainda que em alguns seja mais longo e em alguns mais breve, por causa da disposição diversa da matéria; para as fêmeas, porém, cinquenta, na maioria dos casos. Ora, mais breve é o período da geração da mulher do que o do homem, porque as mulheres são naturalmente de menor virtude e de menor calor do que os homens. E porque, para evitar a dissensão, convém que nos que se unem termine ao mesmo tempo a potência de geração em um e outro, é oportuno, ao determinar o seu princípio, condescender comensurando-o a esses tempos.

Em seguida, quando diz há, porém, mostra que o coito dos mais jovens é mau. E divide-se em quatro partes, segundo as quatro razões que aduz para isto. A segunda apresenta quando diz além disso, quanto às partes etc. A terceira quando diz além disso, também quanto à temperança etc. A

quarta quando diz e os corpos dos machos etc. Primeiro, pois, apresenta a primeira, que se toma da ordem à geração; dizendo que o coito dos mais jovens, seja do macho seja da fêmea, é mau para a geração dos filhos. E isto, na verdade, é manifesto ao sentido: porque em todos os animais os partos dos mais jovens são fracos e imperfeitos, pois a imperfeição do parto provém da imperfeição dos princípios geradores, assim como universalmente a imperfeição do efeito provém da imperfeição das causas; e nascem mais frequentemente fêmeas do que machos, e corpos pequenos. Pois, quando o princípio gerativo no sêmen não pode digerir o menstruo da mulher por indigência de calor, de modo a conduzi-lo à sua semelhança segundo todas as disposições, mas antes é vencido pela superabundância do frio e do úmido, necessariamente o transmuta em contrário, e em fêmea. Ora, de tal disposição são os sêmens dos mais jovens. E, além disso, os gerados por eles são pequenos segundo a forma, isto é, segundo a figura: pois a extensão segundo a figura é causada pela grandeza do calor, cujo próprio é mover para cima; o que é imperfeito nos mais jovens, como se disse. Por isso, se assim acontece em todos os animais, é necessário que assim aconteça nos homens, nos quais aparece a este respeito um argumento especial: porque, em quaisquer cidades ou regiões em que se permite que jovens e jovenzinhas se casem e se misturem para a geração, geram-se filhos pequenos e imperfeitos segundo o corpo e, por consequência, menos úteis para as obras de guerra.

Em seguida, quando diz além disso, apresenta a segunda, que se toma daquilo que sucede às parturientes; dizendo que, quanto a isto, as mulheres que concebem em idade imperfeita sustentam no parto maior dor, e a maior parte morre, quer por causa da estreiteza do membro para isto ordenado, quer por causa da debilidade da virtude: pois quanto menor é a virtude para resistir, tanto maior é a dor, assim como vemos que as mesmas cargas parecem mais pesadas aos débeis. Ora, nas mais jovens supomos que a virtude é menor, e por isso sucede maior dor, que pode ser tão grande que induz a morte. E por causa disso disseram os antigos, entre os gregos, que foi feito um oráculo aos Trezênios, para que a dor delas fosse mitigada com o seu auxílio e o feto fosse levado ao nascimento, visto que muitas mulheres na juventude morriam e o fruto não vinha à produção por causa da imperfeição.

Em seguida, quando diz além disso, apresenta a terceira, que se toma em ordem à virtude; dizendo que ainda o coito é menos conveniente aos mais jovens quanto à temperança, e mais convém sendo eles mais idosos: pois as jovenzinhas que mais se acostumaram a ter coito na juventude são mais intemperantes. Com efeito, aquilo a que estamos acostumados é mais deleitável; e para aquilo que é mais deleitável mais nos inclinamos.

Em seguida, quando diz e os dos machos, apresenta a quarta razão; dizendo que ainda os corpos dos machos que têm coito em idade imperfeita, enquanto o corpo está em crescimento, são prejudicados e sofrem defeito na quantidade a eles determinada e na compleição: pois o alimento digerido é o princípio da nutrição, do crescimento e da geração. Com efeito, no tempo do crescimento, tudo o que se converte do alimento que sobrevém, ou quase tudo, é necessário para a nutrição e o crescimento, e pouco ou nada há de supérfluo que se ordene à geração; e por isso, se têm muito coito, é necessário que aquilo que deveria passar para o crescimento e a nutrição se converta em sêmen; por isso sofrerão detrimento no crescimento e na nutrição. Pois há certo tempo determinado em que os animais são aptos por natureza a crescer, o qual não é muito excedido pelo tempo destinado à geração: com efeito, logo que cessa o crescimento e os corpos estão perfeitos, quando se converte mais do alimento do que é necessário para a nutrição, mais

convenientemente se ordena à geração. Também o coito, não estando os corpos perfeitos, induz detrimento quanto à compleição, por causa da dessecação e do resfriamento; pois consome-se ao mesmo tempo o calor e o úmido. Donde o Filósofo diz, no livro Da longura e brevidade da vida, que os animais dados ao coito e de muito sêmen envelhecem depressa, porque o sêmen, sendo supérfluo, disseca mais o que é emitido; e por isso o mulo é de vida mais longa do que aqueles dos quais é gerado, porque emite menos sêmen; e os pardais machos são de vida mais breve, porque são mais dados ao coito.

Em seguida, quando diz por isso, conclui do que foi dito quando e em que idade é oportuno fazer-se a união nupcial; dizendo que, por causa de que o fim da geração nos homens, na maioria dos casos, é o septuagésimo ano ou por aí, e nas mulheres o quinquagésimo ou por aí na maioria dos casos, e convém que os cônjuges ao mesmo tempo deixem de ter a potência de gerar, como se provou antes, e o coito dos mais jovens em corpos imperfeitos é de pouco valor; e visto que os corpos das mulheres, na maioria dos casos, se completam aos dezoito anos ou por aí, e os dos homens aos trinta e seis, pouco mais ou menos; é mais conveniente que se casem estando a mulher com dezoito anos ou por aí, e o homem com trinta e seis, pouco mais ou menos. Pois assim se unirão com os corpos perfeitos e, por consequência, com as virtudes, existindo as quais a união deles se dará em tempo conveniente para a perfeição da geração dos filhos. Perfeitas também as virtudes, mais perfeita será a ação e também o próprio gerado; e, além disso, a sucessão dos filhos em relação aos pais se dará mais oportunamente, se, logo que se uniram, estando a mulher com dezoito e o homem com trinta e seis anos, logo gerem: pois os filhos sucederão aos pais no início do vigor, com o corpo perfeito, isto é, por volta do trigésimo ano, tendo a mãe cinquenta e o pai setenta ou por aí, quando estarão quase impotentes, como que esgotada a idade, mas a impotência deles será suprida pela potência dos filhos, que serão perfeitos. Quando, pois, se deve fazer o casamento, considerado o bem dos cônjuges e dos que hão de ser gerados, está dito.

Deve-se, porém, entender que, ainda que os homens e as mulheres sejam da mesma espécie, todavia não é o mesmo o período de vida de um e outro deles: porque o tempo da duração deles não os segue por razão da espécie comum a ambos, mas segue a virtude da compleição; ora, a virtude da compleição é muito mais forte no homem do que na mulher, por causa da abundância do calor e da sua melhor proporção para com as outras qualidades; e por isso os homens são, segundo a natureza, de vida mais longa do que as mulheres. E porque aquilo que é mais perfeito necessita de mais tempo para a sua perfeição, quanto mais coisas se exigem para a sua perfeição, e os homens são mais perfeitos do que as mulheres; por isso necessitam de mais tempo para a sua perfeição do que as mulheres, na maioria dos casos: ainda que, por causa da indisposição da matéria, possa acontecer o contrário. Ora, o Filósofo determinou o tempo da perfeição das mulheres em dezoito anos ou por aí, e o dos homens em trinta e sete ou por aí; porque assim talvez lhe parecia, na maioria dos casos, ou porque segundo a proporção desses números entre si a virtude da compleição do homem excede a virtude da compleição da mulher segundo a natureza. Mas, se se objetar que a união nupcial deveria fazer-se antes do que determina o Filósofo; primeiro, porque a geração se faz do supérfluo do alimento, e, portanto, quando primeiro começa a haver supérfluo do alimento e os machos começam a produzir sêmen, parece que tal união deveria fazer-se, e isto acontece muito tempo antes do que o Filósofo determina, por exemplo, no tempo da puberdade; portanto, parece que deveria fazer-se antes. E, além disso, isto o determinam as leis, que parecem considerar o bem comum, a saber, que os matrimônios podem fazer-se estando a mulher com doze anos e o homem com quatorze ou por aí.

Quanto a isto, deve-se entender, segundo a intenção do Filósofo, que, se considerarmos a boa disposição dos que geram e a boa compleição futura dos que hão de ser gerados e, por consequência, a utilidade comum da cidade ou da região por si, é melhor que essa conjunção se faça com os corpos perfeitos de um e outro, o que se dá no tempo determinado pelo Filósofo ou por aí, na maioria dos casos: pois, perfeitos os corpos, perfeitas serão as virtudes, nem sofrerão detrimento algum no crescimento ou na compleição enquanto tais, a não ser por causa da superfluidade ou de algo semelhante. E os filhos estarão mais bem dispostos quanto ao corpo, porque serão gerados de progenitores mais e melhor dispostos, e, por consequência, quanto à alma, porque a boa disposição do corpo dispõe para a boa disposição da alma; e assim serão mais aptos para as virtudes e os atos civis. Todavia, por causa de algo acidental, convém que em alguns se faça mais tarde ou mais cedo, por exemplo, se mais tarde ou mais cedo se completam os corpos, ou se se teme a fornicação com estranhos, ou algo semelhante. E, ainda que em alguns se encontre mais cedo o supérfluo do alimento e a emissão do sêmen, todavia não se segue que então seja melhor e mais apto para a geração, como tomava a razão em contrário. Pois não é preciso, nas coisas que procedem do imperfeito ao perfeito, que, quando algo pode fazer algo pela primeira vez, então o possa perfeitamente; assim como, quando alguém pode tocar cítara de qualquer modo, não se segue que o possa da melhor maneira, mas antes o contrário: pois as coisas que são anteriores segundo a via da geração são mais imperfeitas; e as posteriores, mais perfeitas, como o homem em relação ao menino, como se diz no nono livro da Metafísica. Ora, as leis não determinam que seja o melhor fazer-se o matrimônio no tempo da puberdade, a saber, estando a mulher com doze anos ou por aí e o homem com quatorze ou por aí, mas então concedem que ele pode fazer-se pela primeira vez, porque então primeiro pode valer o consentimento, por causa do uso da razão, que então pela primeira vez ou por aí existe, e porque então pela primeira vez começa a fazer-se algum supérfluo do alimento, na maioria dos casos, ainda que imperfeito.

Em seguida, quando diz quanto a isso, esclarece em que têmpera ou disposição do ar é mais conveniente que se faça essa conjunção. Acerca do que se deve entender que a boa disposição do gerado segue a boa disposição dos princípios geradores em ato. Ora, a disposição dos que geram segue alguma disposição do continente; donde também o lugar é dito princípio da geração, como também é claro por Porfírio: e a disposição do continente muda segundo a disposição dos tempos e dos ventos e de coisas semelhantes a estas; e por isso é conveniente que aquele que visa a boa disposição dos gerados considere a boa disposição do continente, do tempo e dos ventos. E por isso diz que, para fazer tal união ou conjunção, é preciso servir-se dos tempos e daquelas coisas que dizem respeito à têmpera, isto é, à disposição do ar segundo o tempo, das quais muitos se servem bem e racionalmente, dizendo que ela deve fazer-se mais no tempo do inverno: pois então, pela frieza do continente, fechados os poros, fortalece-se o calor interior e reúne-se a virtude e é mais forte. No verão, porém, abertos os poros, exala-se o calor interior; ora, sendo mais forte a virtude e o calor, é melhor misturar-se para a geração. Convém, porém, considerar, quanto à geração dos filhos, aquilo que é dito pelos filósofos naturais e pelos médicos. Pois os médicos dizem suficientemente a disposição dos tempos em ordem aos corpos a respeito das diversas operações. Os naturais, porém, as que dizem respeito aos ventos; dizendo que os boreais e os orientais são melhores do que os austrais e os ocidentais para a boa disposição dos corpos, como se disse e expôs antes, onde se determinou sobre a melhor situação da cidade.

Em seguida, quando diz mas sendo quais, esclarece quais devem ser os que se hão de unir para a geração segundo a compleição do corpo. E acerca disto, primeiro esclarece quais devem ser quanto à quantidade. Segundo, quando diz é preciso, portanto, ter o hábito de trabalhos em comparação ao exercício. Na primeira parte diz que, sendo de qual condição os corpos daqueles que se unem segundo a compleição da quantidade serão máximamente úteis à boa disposição dos que são gerados, deve dizer-se naquilo que pertence à disciplina dos cidadãos; figurativamente, porém, e em suma, basta dizer agora. Pois é manifesto que a compleição do corpo dos atletas, que são muito grandes de corpo, não é perfeitamente boa disposição do corpo, quer por causa do peso, quer porque a virtude do espírito e do calor se esvai em tão grande extensão dos membros. Nem tampouco para a saúde, pelas mesmas razões; e, por consequência, nem para a operação do intelecto e da razão, que seguem a disposição do corpo, na maioria dos casos. E porque a boa comunicação civil necessita de boa disposição quanto ao corpo e quanto à alma, ela não é ótima para isto. Semelhantemente, a compleição dos imperfeitos segundo a quantidade e dos doentios, que necessitam de maior cuidado, não é ótima, por causa da imperfeição e da desproporção; mas antes a compleição média. Pois em todas as coisas, tanto nas que são segundo a natureza como nas que são segundo a razão, as médias são mais elegíveis; e por isso a compleição média segundo a quantidade nos que geram é mais elegível.

Em seguida, quando diz mas é preciso, esclarece quais devem ser em comparação aos exercícios; dizendo que, para a boa disposição futura dos que hão de ser gerados, convém ter boa compleição do corpo e estar exercitados por alguns trabalhos, para exercitar a virtude e o calor que são excitados pelo movimento: não, porém, por trabalhos violentos, para que, pela violência do trabalho, o espírito não seja exalado e debilitado. E por isso é preciso exercitar-se ou trabalhar não em uma só coisa somente, como os atletas trabalham para vencer, mas em muitas coisas que pertencem aos cidadãos e aos homens livres. Pois é conveniente que o futuro bom cidadão se exercite em muitas operações dos homens livres, para que consequentemente as realize mais fácil e mais deleitavelmente. Ora, é preciso que tanto os homens como as mulheres se exercitem, mas cada um nas operações que lhe são decentes.

Em seguida, quando diz mas é preciso, esclarece que se deve cuidar das mulheres grávidas para a boa disposição dos filhos; dizendo que o legislador deve ter cuidado da boa disposição dos corpos das mulheres grávidas: pois os filhos gerados parecem tomar alimento da mulher que os tem no útero, pelas veias e poros pela natureza para isto ordenados, assim como as coisas que nascem da terra tomam da terra pelas raízes. Ora, o alimento tomado pela mulher é semelhantemente disposto à compleição da mulher, e o filho é necessariamente disposto segundo a disposição do alimento do qual é nutrido, e máximamente no início; e por isso é preciso que o filho seja disposto segundo a disposição da mulher que o gesta. Portanto, é conveniente, para a boa disposição futura da prole, cuidar da boa disposição da mulher: e especialmente convém cuidar que não estejam demasiado torpes por preguiça, o que frequentemente acontece às mulheres grávidas por causa da falta de calor e da superabundância de úmido grosso e indigesto. Pois, se a grávida se torna torpe demais por preguiça, será necessário que o calor e os espíritos no filho se tornem torpes. Depois, convém evitar que usem de alimento demasiado sutil, quer porque, sendo de fácil digestão, produz certo enchimento vão mais do que verdadeiro; quer porque logo, por causa da sua fácil digestão, é assumido nos membros de virtude mais forte segundo o todo, ou quase, de sorte que pouco ou nada haverá de supérfluo que passe para o alimento do feto. Ora, será fácil ao legislador evitar a preguiça, se prescrever às grávidas, que obtiveram a honra da geração e

fugiram do opróbrio da esterilidade segundo os antigos, fazer alguma peregrinação diária, ou duas ou três vezes na semana, ou algo semelhante, a algum oráculo por reverência aos deuses; para que aqueles que tiveram propícios na concepção os tenham benévolos onde é mais necessário, isto é, no parto. E fala segundo a opinião dos antigos gentios, que julgavam haver multidão de deuses, e que eles ou eram corpos supracelestes ou algumas virtudes nos corpos. Ora, ainda que, para a boa disposição futura dos filhos em ordem à república, seja preciso que as mulheres exerçam alguns trabalhos, para que estejam sem preguiça, todavia os já nascidos e que começam a ser disciplinados para o bem do intelecto, que é a especulação, não é preciso que trabalhem muito, mas antes que sejam dispostos de corpo mais preguiçoso, para que, pela continuidade do trabalho, não sejam distraídos da disciplina e, pelo movimento do espírito, não se acendam demasiadamente, de sorte que sejam demasiado móveis, o que não convém à especulação. Pois é preciso que as formas dos sensíveis, nas quais o intelecto especula, tenham fixidez no seu sujeito primeiro, que é o espírito.

Em seguida, quando diz quanto à criação, esclarece de que modo os filhos, depois de nascidos, devem ser dispostos, e que não convém cuidar de todos, ou não igualmente, quer por causa da imperfeição, quer por causa da multidão. E primeiro toca como se deve proceder para com os privados de algum sentido, e onde excedem segundo a multidão. Segundo, quando diz mas basta para os meninos etc., de que modo os perfeitos, não excedendo a multidão conveniente, devem ser dispostos. Quanto ao primeiro, primeiro esclarece como se deve proceder para com os privados. Segundo, quando diz pois é preciso etc., como se deve proceder onde excedem a multidão determinada. Na primeira parte diz que, se acontecer que algum ou alguns sejam privados de algum sentido ou de sentidos, ou de algum membro ou de membros, pelos quais sejam menos úteis para as operações do intelecto e para a república, quanto à sua criação e ao alimento a administrar seja levada uma lei pelo legislador, que nenhum tal seja nutrido: o que se deve entender com tanto cuidado e diligência com quanto se devem nutrir os que nascem perfeitos. Pois aquilo que está ordenado a algum fim, quanto mais é apto por natureza a atingi-lo, tanto mais deve ser disposto para ele; e quanto menos, tanto menos deve ser cuidado. Pois assim vemos que a natureza é mais solícita com os mais perfeitos. Ora, os filhos que nascem perfeitos de membros e de sentidos são mais aptos por natureza a atingir o fim humano; portanto, mais devem ser dispostos. Os privados, porém, de algum sentido ou membro, são aptos a atingi-lo de algum modo, visto que têm alma e intelecto, mas não igualmente perfeitamente; e por isso deve-se cuidar deles, mas não igualmente como dos perfeitos. E universalmente, quanto cada um é apto por natureza a atingir o fim, tanto deve ser disposto, visto que é por causa dele. Ora, falamos aqui do fim humano segundo a vida presente, porque assim fala dele o Filósofo.

Em seguida, quando diz pois é preciso, esclarece o que se deve fazer se excederem segundo a multidão. Pois se deve entender que, sendo a cidade uma comunidade por si suficiente para a vida, é preciso que os cidadãos sejam por si suficientes, e não pobres; e por isso devem ser evitadas na cidade as coisas que induzem à indigência, e esta é a multidão de filhos que devem suceder na herança: pois uma grande e vasta herança dos pais, quando for dividida entre uma multidão de filhos, será muito tênue para cada um, máximamente na terceira ou quarta geração, como vemos ao sentido. Pois não agradou ao Filósofo a lei ou o costume da sucessão do primogênito quanto ao todo: quer porque, sendo os primogênitos um só cada um, e os posteriores muitos, como frequentemente acontece, seguir-se-ia que mais dos filhos seriam pobres do que ricos; quer porque os que têm posses são partes da cidade, e os que não as têm, não. Pois é preciso que os

cidadãos tenham posses, como se disse antes. Por isso, se os nascidos posteriormente não sucedessem em nada aos pais, aconteceria que muitos dos filhos não seriam cidadãos, mas seriam expulsos da cidade: quer porque os nascidos posteriormente, como também os primeiros, podem ser bem-nascidos para grandes coisas: mas, não tendo com que operar aquilo para que nasceram, são compelidos a tomar de onde quer que seja, insidiando os cidadãos e outros por furto, por rapina e homicídios, e unem-se aos adversários, o que tudo é inconveniente. Suposto, pois, que todos devam suceder na herança de qualquer modo, primeiro propõe, para evitar a supérflua multidão de filhos, a lei ou o costume de certas nações. Segundo, quando diz mas visto que certo princípio, apresenta um ensinamento a este respeito mais segundo a sua intenção. Na primeira parte diz que, para evitar a supérflua multidão de meninos, a ordem, isto é, a lei ou o costume de certas nações, proíbe que nenhum dos gerados além da multidão determinada deva ser conservado: pois é preciso, se a cidade deve ser rica, que a multidão deles seja determinada: pois de outro modo empobreceria, se se permitisse a qualquer gerar quanto quer que seja. Mas, porque se admitiu que os meninos não sejam conservados para a vida, esclarece, se for necessário que isto se faça, de que modo se fará com menor culpa: dizendo que, se a alguns cônjuges nascerem mais do que está determinado pela lei, e for necessário exterminá-los, deve-se antes procurar que se faça o aborto antes que estejam presentes o sentido e a vida do que quando estiverem presentes: pois quem procura o aborto depois que estiverem presentes é reputado homicida pela lei; e pecam mais; pois o sêmen e o não-sêmen se determinam pelo sentido e pelo movimento. Assim, pois, Aristóteles não diz, segundo a sua intenção, que alguns nascidos devam ser exterminados; mas segundo a lei das nações; nem que se deva procurar o aborto absolutamente, mas que, se devem ser mortos por alguns, deve-se antes fazer isto antes do sentido e da vida, não como bem em si, mas como mal menor.

Em seguida, quando diz mas visto que, apresenta um ensinamento a este respeito segundo a sua intenção, tomado da determinação do tempo destinado à geração; acerca do que faz três coisas. Primeiro esclarece de que modo se deve determinar o tempo destinado à geração, para evitar a superfluidade de meninos. Segundo, quando diz e, quanto ao restante etc., disto conclui que a mistura além daquele tempo não deve fazer-se por causa da geração. Terceiro, quando diz mas quanto àquela que a outro etc., esclarece que tal mistura não deve fazer-se com estranho ou estranha. Na primeira parte diz: visto que o princípio da idade destinada à geração está determinado para o homem e para a mulher, para este o trigésimo sétimo, para aquela o vigésimo oitavo ano ou por aí, e semelhantemente também o fim, a saber, para o homem o septuagésimo e para a mulher o quinquagésimo segundo a natureza comum, é preciso que o tempo intermediário em que podem gerar seja mais determinado e abreviado para evitar a supérflua multidão. Pois é manifesto que os fetos dos mais velhos, mesmo por volta do septuagésimo ano no homem, ou do quinquagésimo na mulher, são imperfeitos tanto de corpos como de intelectos, por causa da debilidade da virtude dos que geram, a qual, quanto mais dista do vigor, tanto menor é, assim como também os fetos dos mais jovens, mesmo por volta do tempo determinado pela natureza. Ora, os fetos dos decrépitos, além do tempo destinado pela natureza, são de todo débeis de corpo, por causa da debilidade da virtude neles, e por isto, porque o calor está remisso neles, e as paixões estão naturalmente aplacadas, e experimentaram muitas coisas por causa do tempo. Estão também no vigor segundo o intelecto; pois a alma, sentando-se e repousando, torna-se sabedora e prudente, como se diz no sétimo livro da Física: ora, isto é verdadeiro na maioria dos casos. Por isso é manifesta essa idade destinada à geração, a qual alguns dos poetas determinaram por certas hébdomas de anos, a saber, pelo número setenário. Assim, pois, os que

excederem essa idade em quatro ou cinco anos devem abandonar o cuidado de procriar, até o quinquagésimo ano, ou até a idade que excede esse tempo em quatro ou cinco anos nos homens; de modo que assim os homens sirvam manifestamente à geração desde o trigésimo sétimo ano até o quinquagésimo quinto ano no máximo, e as mulheres proporcionalmente desde o décimo oitavo até o trigésimo sétimo ano; pois então um e outro deles está máximamente no vigor perfeito segundo a natureza, e as virtudes estão mais perfeitas; por causa do que os filhos serão gerados tanto mais bem dispostos como em menor número.

Em seguida, quando diz mas quanto ao que, conclui que além desse tempo não deve fazer-se a mistura por causa da geração; dizendo que, no tempo restante, os cônjuges não devem misturar-se entre si manifestamente por causa da geração; mas, se se misturarem, permita-se isto por causa da saúde ou de alguma outra coisa. Pois acontece às vezes que nos vasos seminais há uma multidão de sêmen, ou natural, que, por causa da multidão, oprime a natureza, ou não-natural, ali ou em outras partes do corpo, a qual pode ser evacuada pelo coito e, por consequência, aliviar a natureza e dispô-la melhor para a saúde.

Em seguida, quando diz mas quanto àquela, esclarece que tal mistura não deve fazer-se com outra ou outro. Por causa do que se deve entender que a mistura do macho e da fêmea, no homem, é naturalmente para a geração da prole e para a sua nutrição e educação: ora, para isto nenhum dos dois basta por si; e por isso é preciso que se unam para isto por consentimento mútuo, não por algum breve tempo, mas até a perfeição da prole segundo o corpo e segundo a alma; o que se dará se começarem a gerar no tempo determinado pelo Filósofo, por volta do fim de sua vida. Pois o filho, se for macho, não se aperfeiçoa até o trigésimo sétimo ano ou por aí, e, se esses trinta e sete se juntarem aos trinta e sete anos do pai gerador antes que gerasse, serão setenta e quatro, quando ele estará naturalmente impotente para gerar e por volta do fim da vida. E por isso a comunhão do macho e da fêmea por toda a vida, para a perfeição da prole, provém da natureza que a isso inclina; e toda mistura que se faz fora dessa comunhão é não-natural. E por isso diz que, quanto à mistura do homem com mulher alheia, ou da mulher com homem alheio, haja uma lei e mantenha-se, como bem, não a permitir, nem tampouco querer ver alguém tocar coisa alheia de algum modo. Pois, se se permitir que alguém se aproxime de alguma que não é sua por fornicação, visto que depois da mistura não permanecem misturados por consentimento para a educação da prole, segue-se o mal e máximamente a imperfeição dela; de modo algum, portanto, se permita fazer-se mistura com outro ou outra onde há e se chama casamento. Pois então se segue tanto o mal da prole como a incerteza e a injustiça. E de nenhum modo se deve permitir por volta do tempo da procriação dos filhos; pois então máximamente aconteceria o erro pela incerteza. E, se alguém aparecer fazendo algo tal, seja punido com punição comensurada ao pecado, de modo que segundo a medida do pecado seja o modo dos açoites, como se diz em outro lugar. De sorte que o Filósofo aqui proíbe primeiro, como mal em si, a mistura com estranha, ainda que seja livre; mais, porém, a mistura com aquela que é de outro, por causa da injustiça; e máximamente com aquela que é de outro no tempo destinado à geração.

Em seguida, quando diz mas quanto aos nascidos, esclarece de que modo devem ser cuidados e conservados os meninos perfeitos após o nascimento. E primeiro, de que modo na primeira idade, que se estende, segundo o Filósofo, até o terceiro ano. Segundo, quando diz e à seguinte a esta etc., de que modo na segunda, que se estende até os cinco anos inclusive. Terceiro, quando diz mas passados os cinco anos etc., de que modo na terceira, que se estende até o fim do sétimo.

Quanto ao primeiro, primeiro esclarece de que modo devem ser cuidados e dispostos quanto ao alimento conveniente. Segundo, quando diz além disso, também o movimento etc., quanto aos exercícios e ao costume. Na primeira parte diz: visto que os meninos nascem das mães, é manifesto que o alimento faz grande diferença quanto à potência dos corpos e à disposição, segundo a diferença de sua qualidade: pois qual é segundo a virtude, tal também faz o corpo. Pois a virtude do alimento que se converte naquilo que é nutrido permanece nele: assim como vemos aparecer o sabor do pasto no leite, e a força do vinho no vinagre, e a virtude da alface no sangue gerado dela. Pois, assim como as virtudes dos misturáveis permanecem no misto, ainda que as formas se corrompam, assim também a virtude daquilo do qual outro é gerado permanece de algum modo naquilo que é gerado: pois os agentes naturais padecem dos contrários. Ora, é manifesto, tanto considerando nos outros animais como também nas diversas nações que têm cuidado em induzir nos meninos o hábito e a disposição para a guerra, que a natureza do leite abundante é alimento conveniente e familiar aos corpos humanos, pois também muitos outros animais nutrem por algum tempo as crias após o parto com leite, e semelhantemente as nações que querem dispor bem os meninos; porque, como diz Aristóteles no segundo livro Da geração, somos daquilo mesmo de que nos nutrimos. Pois o alimento se converte na substância da coisa nutrida; e de uma mesma substância e forma é preciso que a matéria seja uma. E por isso, quanto algum alimento é mais semelhante àquilo do qual outro é gerado, tanto mais conveniente é para nutri-lo. Ora, o leite é muito semelhante, segundo a compleição, ao menstruo do qual é gerado o menino: pois o supérfluo do alimento derivado pela natureza para a matriz é o menstruo, e o derivado para as mamas e ali embranquecido é o leite. E por isso o alimento mais conveniente para os meninos após o parto é a natureza do leite, e mais o da mulher do que o do animal, e ainda máximamente o da própria mãe do que o de outra; donde aqueles que são nutridos com o leite da própria mãe devem estar mais bem dispostos segundo a natureza. Por causa do que Avicena diz que pôr a extremidade da mama da própria mãe na boca do infante concorre muito para remover todo dano. Todavia, o leite da própria mãe, logo após o parto, não é conveniente ao menino, até que a compleição destemperada se tempere um pouco. Convém, porém, não dar aos meninos vinho no alimento, por causa das doenças que dele sobrevêm: pois o vinho é muito vaporativo, por causa do calor e da umidade, e nos meninos o alimento sobe muito para as partes superiores; e por isso, nos meninos que têm vinho, faz-se muita descida de evaporação da cabeça. Donde acontece às vezes o estreitamento do poro e da respiração, que é a epilepsia, e gerar-se outras enfermidades desta matéria; semelhantemente também a inflamação da cólera vermelha, e as coisas que dela sucedem. Nem importa, segundo Aristóteles, dar vinho aos meninos ou às amas: mas, se é preciso beber, é preciso que seja pouco e muito aguado.

Em seguida, quando diz além disso, também, esclarece de que modo devem ser cuidados quanto aos exercícios e aos costumes. E primeiro esclarece em quais coisas devem ser acostumados. Segundo, quando diz quanto à primeira etc., que segundo uma ordem determinada. Quanto ao primeiro, mostra que devem ser acostumados ao movimento. Segundo, quando diz mas convém etc., que ao frio. Na primeira parte diz que ainda convém que os meninos, logo após o nascimento, sejam acostumados a quaisquer movimentos, por menores e pequenos que sejam, por exemplo, das mãos e dos pés e das outras partes. Pois pelo movimento dessas partes é exercitado e aguçado o calor natural nelas, o qual, consumindo o úmido supérfluo nelas, disseca o corpo e o torna mais forte. E Avicena acrescenta que, com o movimento, deve-se procurar a consonância da música e a voz da cantilena, para deleitá-los nas consonâncias musicais, por uma causa que se dirá depois. Ora, para que os membros dos meninos, por causa da fluidez do úmido abundante,

não se desviem da figura devida, certas nações costumaram usar de certos instrumentos mecânicos, com os quais, quando se atam os membros dos meninos, fácil e sutilmente se tornam inalteráveis; assim como usam do berço para a direção de todo o corpo, e de um gorro redondo para figurar devidamente a cabeça. Pois é preciso, nessa idade, que a ama toque suavemente os membros, e o que deve ser dilatado, dilate, e o que deve ser afinado, afine, e cada coisa figure com a figura conveniente, e conduza as mãos e os braços aos joelhos, e ate as pernas e as canelas com faixa, e aperte a cabeça com um gorro redondo; pois então o menino é bem receptivo e conduzível, como cera mole.

Em seguida, quando diz mas convém, esclarece que devem ser acostumados ao frio, dizendo que convém, para a boa disposição dos meninos nesta idade, acostumá-los ao frio moderado enquanto pequenos, pois isto aproveita à saúde do corpo e às ações bélicas futuras: pois, quando estão acostumados desde a juventude à tolerância do frio, não são molestados na idade seguinte pelo frio nas coisas bélicas, onde às vezes é necessário, nem padecem as enfermidades que dele provêm. Além disso, pelo costume do frio, fortalece-se o calor e os corpos tornam-se mais fortes; e por isso há o costume, entre muitos dos bárbaros, de alguns lavarem os meninos em água fria logo que nascem. Outros, porém, de os vestirem com um pequeno invólucro, como acontece com os gauleses que habitam junto à região ocidental: pois universalmente todas as coisas que é possível acostumar a um bom hábito futuro é melhor acostumá-las logo desde o princípio, quando são mais conduzíveis: pois não pouco importa, mas muito, que o menino seja acostumado deste ou daquele modo, e mais ainda tudo então se acostuma, como se diz no primeiro livro da Ética.

Em seguida, quando diz quanto à primeira, esclarece segundo um grau; dizendo que, quanto ao exercício de tolerar o frio, convém acostumar logo segundo um grau, quer para que primeiro se acostumem a tolerar frios mais temperados, depois os que excedem mais e mais, segundo que mais se fortalece a virtude ou a compleição: e isto por causa do calor a ser fortalecido e de outras utilidades, evitando, porém, que a natureza seja oprimida por causa do excesso do frio a que é exposta. Semelhantemente se dá quanto ao acostumamento nas outras coisas convenientes: pois a natureza dos meninos, por causa da ternura e da moleza, é apta por natureza a acostumar-se a quaisquer coisas não duras nem que oprimam a sua natureza. Portanto, quanto à primeira idade, o ótimo é ter para com eles tal cuidado e semelhante.

Em seguida, quando diz mas à seguinte, esclarece de que modo devem ser cuidados na idade seguinte, que começa no terceiro ano. E acerca disto, primeiro esclarece a quais coisas devem ser acostumados. Segundo, quando diz mas quanto à contenção dos meninos etc., de quais coisas devem ser proibidos. Quanto ao primeiro, primeiro esclarece que devem ser acostumados nesta idade a certos costumes. Segundo, quando diz e quanto aos discursos etc., que naquilo que pertence ao ouvido. Na primeira parte diz que, na idade seguinte, que começa no terceiro ano e se prolonga até o fim do quinto, na qual não são aptos por natureza para a erudição ou disciplina, por causa da tenuidade da compleição e da imperfeição das virtudes, nem para grandes trabalhos, para que, pela violência, não sejam impedidos de crescer, é preciso exercitá-los em algum movimento moderado, para que, exercitado o calor que resolve o úmido supérfluo, fuja a inércia dos corpos. Ora, tal exercício em movimento deve fazer-se por outras ações e por jogos. E os jogos devem ser não os que declinam para a servilidade, mas antes liberais; nem tampouco demasiado laboriosos ou violentos, para que as virtudes não sejam oprimidas pelo excesso; nem demasiado moles e frouxos, para que não sejam tomados pela preguiça.

Em seguida, quando diz e quanto aos discursos, esclarece que convém que nesta idade sejam exercitados naquilo que pertence ao ouvido; dizendo que convém que nesta idade sejam exercitados em ouvir alguns pequenos discursos e algumas fábulas, para que sejam exercitados na locução e nas razões dos nomes; e disto devem ter cuidado os seus príncipes publicamente a eles designados. Mas isto deve ser observado nesta idade: que todas as coisas a que se acostumam, e os movimentos e as operações e os jogos, os discursos e as fábulas que ouvem e também as coisas que veem, sejam certas imagens daquelas em que posteriormente devem seriamente ocupar-se, e como que um caminho para aquelas em que consequentemente devem estudar ou aplicar-se: pois para aquelas coisas a que se acostumam nas primeiras idades mais posteriormente se inclinam, porque as coisas acostumadas são mais deleitáveis.

Em seguida, quando diz mas as contenções, esclarece de quais coisas devem ser proibidos. E primeiro toca que a contenção do pranto lhes aproveita. Segundo, quando diz mas deve-se considerar etc., de cuja convivência, audição e visão devem ser guardados. Primeiro, pois, diz que alguns governantes da cidade não inconvenientemente detestam, na ordenação e na república deles, as contenções dos meninos quanto aos prantos; pois isto é conveniente e conducente ao aumento da virtude e à nutrição, pois faz-se por isto certo exercício do corpo para essas coisas: pois, quando são contidos do pranto, faz-se retenção do espírito no interior, ao passo que no pranto há difusão para o exterior. Ora, a retenção do espírito no interior faz robustez; pois, por causa da sua congregação no interior, fortalecem-se, visto que a virtude unida é mais forte do que ela mesma dispersa, e a fortaleza do espírito vale para o crescimento e para muitas outras coisas.

Em seguida, quando diz mas deve-se considerar, esclarece primeiro de cuja convivência, audição e visão devem ser guardados. Segundo, quando diz já quanto à dispensa da embriaguez etc., toca por que meio isto pode fazer-se facilmente, escusando-se de ulterior investigação sobre tais coisas. Terceiro, quando diz mas talvez não mal etc., reprova a este respeito a opinião contrária. Quanto ao primeiro, primeiro mostra que devem ser guardados da convivência com os servos. Segundo, quando diz totalmente, pois, a torpeza de linguagem etc., que da audição de coisas torpes. Terceiro, quando diz mas visto que dizer etc., que da visão de coisas desonestas. Quanto ao primeiro diz: os regedores dos meninos, cujo próprio é regular os meninos, devem considerar a educação dos meninos, como sejam bem regulados: pois eles próprios devem ser em tudo a regra deles, assim como no mesmo homem a razão é a regra das potências inferiores: donde, assim como no mesmo homem toda a desordem das potências inferiores é imputada à parte racional da alma, assim toda a desordem dos meninos, que recebem na primeira idade, deve ser imputada aos mestres. Ora, devem cuidar, tanto quanto às outras coisas como quanto a isto, que, quanto menos puderem, os meninos convivam com os servos; pois nesta idade, até o sétimo ano, têm necessidade de conviver em casa e tomar alimento nela, na qual os servos se ocupam. Pois, convivendo com os servos, adquirem certa inclinação para as ações servis, a partir daquilo que ouvem e veem os servos dizer e fazer, mesmo sendo pequenos e bem formáveis para qualquer coisa. Pois deleitam-se máximamente naquilo a que se acostumam na primeira idade; e, deleitados, facilmente se inclinam para isso.

Em seguida, quando diz totalmente, na verdade, disto infere que devem ser guardados da audição de coisas torpes; dizendo que é preciso que o bom legislador extermine totalmente da cidade as torpezas de linguagem, por exemplo, sobre coisas venéreas e sobre outras que estão fora da razão e da honestidade, como qualquer outra coisa torpe: pois o fato de alguém dizer facilmente algo

torpe faz que esteja próximo de fazê-lo. Pois muitas vezes, dizendo algo torpe agível, medita mais frequentemente sobre o mesmo, e da frequente meditação sobre ele segue-se maior inclinação para fazê-lo. E, ainda que universalmente se deva proibir na cidade, todavia máximamente se deve proibir aos jovens e na presença deles, de sorte que nem eles próprios falem nem ouçam de outros algo tal. Pois todas as coisas que ouvem ou veem ou fazem na primeira idade, admiram-nas como novas para eles, por causa do que também melhor as recordam e mais se deleitam, pois as coisas admiráveis são deleitáveis, e para aquelas em que se deleitam mais facilmente se inclinam. Mas, se alguém transgredir, dizendo ou fazendo algo contra tal proibição, se for livre e não tiver alcançado alguma dignidade, seja punido, privando-o da mesa nos convívios comuns e com algumas desonras e açoites convenientes à transgressão: se, porém, for mais idoso em idade que as precedentes e tiver alcançado alguma dignidade, seja punido com desonras servis não convenientes ao seu estado, por causa da utilidade, visto que operou coisas não convenientes a ele. Pois o prelado, se peca manifestamente, mais deve ser punido do que a pessoa privada, tanto porque transgride ao pecar, como porque dá aos súditos ocasião de pecar, crendo estes ser bom e ser-lhes lícito quaisquer coisas que o viram fazer ou dizer.

Em seguida, quando diz mas visto que, esclarece que devem ser guardados da visão de coisas desonestas; dizendo que, visto que dissemos que fazer ou dizer algo torpe deve ser exterminado da cidade, é manifesto que ver pinturas ou discursos que representam coisas desonestas deve ser evitado na cidade, e máximamente pelos jovens: pois da visão de tais coisas faz-se a imaginação e a memória delas, e máximamente sendo jovens, por causa da admiração; e à forte imaginação delas acontece dispor-se o apetite e as virtudes motivas a partir dela: pois a fantasia e a inteligência têm as virtudes das coisas, como diz Aristóteles no livro Do movimento dos animais; e por isso os príncipes devem evitar que a escultura, que se faz por incisão, nem a pintura, que se faz por aposição, que sejam representativas dessas coisas, se façam em lugar privado nem público, a não ser talvez nos santuários de alguns deuses, aos quais a lei atribui algumas lascívias, como a Vênus a lascívia acerca das coisas venéreas: e fala segundo a opinião dos antigos gentios. Ora, para o culto daqueles onde tais lascívias se fazem ou há imagens representativas delas, a lei permite que os pais, sendo mais avançados em idade, honrem tais deuses por si e pelos meninos. Mas que os jovens não sejam espectadores dessas coisas, nem de jambos, nem de tragédias ou comédias em que se representam os feitos e os costumes dos rústicos ou rurais, até a idade em que devem participar da mesa comum, nos convívios públicos, isto é, quando neles começa a vigorar a razão.

Em seguida, quando diz já quanto à dispensa, esclarece por que meios podem ser facilmente proibidos, escusando-se de ulterior consideração sobre essas coisas; dizendo que da audição e visão de coisas desonestas, e da embriaguez, e universalmente da operação de coisas torpes serão proibidos, e estarão impassíveis, se se ocuparem em alguma disciplina e se acostumarem a deleitar-se nela: pois, ocupados com deleitação nela, não atendem às outras coisas. Mas sobre tais coisas, de passagem, está dito agora: posteriormente, porém, insistindo, se determinará mais, se deve haver alguma disciplina dos meninos ou não, duvidando; e, se deve haver, de que modo é e de que modo devem ser instruídos: agora, porém, fizemos menção disto segundo o que era necessário.

Em seguida, quando diz mas talvez, investiga certo sinal pelo qual se mostra que as coisas que no princípio ouvimos e conhecemos se tornam para nós deleitáveis, e que as favorecemos e, por

consequência, nelas persistimos, como em coisa que nos é grata e deleitável. Pois diz que Teodoro, ator de tragédias, não mal julgava nisto, que, quando ia atuar em algo, não queria que alguém representasse algo antes dele, qualquer que fosse o histrião; e isto porque os ouvintes mais favorecem aqueles que primeiro ouviram; do que é claro que amamos as coisas que primeiro conhecemos e a que primeiro nos acostumamos. Pois é manifesto que o mesmo acontece quanto ao acostumamento dos homens nas locuções e nas operações das coisas. Pois em ambas o costume inclina para as semelhantes. Pois todas as coisas que primeiro operamos, seja vendo, seja ouvindo, seja de outro modo, por exemplo, na primeira idade, mais as amamos, porque mais nos deleitamos nelas, admirando-as como novas: e as coisas que mais amamos, mais podemos operá-las. Por isso, se conviesse que na primeira idade os meninos ouvissem comédias ou tragédias, mais se inclinariam para as coisas que por elas são representadas na idade futura: o que é inconveniente: e por isso é preciso tornar estranhas aos jovens, na primeira idade, todas as coisas torpes, mesmo as desonestas, quer pelo acostumamento nas contrárias, quer pela aflição da pena aos que as operam. Ora, entre essas coisas, mais aquelas que são de maior adesão e mais fácil, por exemplo, a desonestidade que diz respeito às coisas venéreas e à bebida e à comida; pois a concupiscência de tais coisas é como que inata em nós logo desde a juventude, segundo o Filósofo no segundo livro da Ética.

Em seguida, quando diz mas passados os cinco anos, esclarece de que modo devem ser instruídos na idade seguinte, por exemplo, desde o fim do quinto ano até o fim do sétimo: expede-se brevemente, dizendo que, passados os cinco anos, nos dois seguintes, até o fim do sétimo, é preciso que os jovens sejam espectadores das disciplinas em que devem ser instruídos; de sorte que, se devem ser instruídos na equitação, é preciso que se tornem espectadores das coisas equestres; se na música, das coisas musicais; para que, acostumados pela audição e pela inspeção de tais coisas, mais se inclinem para elas.

Em seguida, quando diz mas duas, querendo continuar para o que se segue, distingue o tempo seguinte conveniente à disciplina; dizendo que há duas idades segundo as quais é necessário dividir a disciplina conveniente a cada uma delas; por exemplo, aquela que vai do fim do sétimo ano até a puberdade, isto é, até o fim do décimo quarto, e aquela que vai da puberdade até o vigésimo primeiro ano. Ora, os que distinguem todas as idades por setênios, dizendo que a primeira idade contém o primeiro setênio, e a segunda o segundo, e a terceira o terceiro, quanto a todas as idades, não dizem bem: pois é preciso que a divisão da idade se tome consequentemente à divisão da disposição natural do homem, na medida em que é medida pelo tempo; e por isso, segundo a diversidade do estado da conversação e da disposição das coisas naturais, na medida em que são medidas pelo tempo, é preciso que as idades se diversifiquem. Mas esse estado às vezes se diversifica em menor tempo do que o setênio, às vezes em maior. Pois outro é o estado da conversação natural do homem nos três primeiros anos, outro nos dois seguintes e outro nos dois igualmente seguintes; e por isso, segundo isto, distinguem-se três idades antes dos sete anos completos. Depois, outro é o estado da conversação e do modo de viver no setênio seguinte em relação aos precedentes, e outro no seguinte; e por isso essas duas idades se distinguem por setênios. Ora, o estado ou modo de viver da conversação seguinte é mais longo, e se prolonga até o trigésimo sétimo ano ou por aí; e assim não se mede por um só setênio, mas por vários; e assim das outras. E por isso não se dividem as idades universalmente por setênios; mas é preciso seguir a distinção natural. Ora, toda arte e disciplina em ato é apta por natureza a suprir o defeito da natureza, e enquanto aperfeiçoa a aptidão da natureza para ela, por isto, que quem sabe em aptidão se torna sabendo em ato, ou por isto, que induz a forma numa matéria extrínseca apta por

natureza; e por isso devem ser instruídos em cada disciplina para a qual são aptos. Portanto, deve-se considerar primeiro se se deve ter algum cuidado acerca da disciplina própria dos meninos; e, dado que sim, segundo, se é preciso que ela seja comum ou própria, como agora fazem em muitas cidades. E, dado que mais convém que seja comum, terceiro, deve-se considerar qual deve ser tal disciplina. E sobre essas coisas considerará no livro seguinte, começando logo o oitavo livro pela determinação da primeira delas. E nisto o Filósofo termina a sua intenção neste sétimo.

Revision #2
Created 11 October 2026 19:17:06 by Admin
Updated 17 October 2026 18:18:54 by Admin